



Conselho de Secretarias Municipais de
Saúde de Santa Catarina – (“COSEMS/SC”)

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – (“COSEMS/SC”)

MRP - 132/2026

31 de dezembro de 2025

Demonstrações contábeis

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações contábeis..... 01

Demonstrações contábeis

Balanco patrimonial..... 06

Demonstração do resultado do período..... 07

Demonstração das mutações do patrimônio social..... 08

Demonstração do fluxo de caixa..... 09

Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 10

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Diretores,

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – (“COSEMS/SC”)

Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – (“COSEMS/SC”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – (“COSEMS/SC”), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis as Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao COSEMS/SC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

MRP1

Ênfase

Convênio nº 2022TR00809

Chamamos atenção para o convênio nº 2022TR00809 celebrado com o estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo realizar a transferência de recursos financeiros para auxiliar na aquisição de nova sede do COSEMS/SC no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). O referido Convênio apresentou vigência até 31 de dezembro de 2022 com a obrigatoriedade de o COSEMS/SC apresentar a prestação de contas final, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do Convênio. Ocorre que até o término dos nossos trabalhos não havia evidência de aprovação da prestação de contas do referido Convênio. Cabe salientar que no caso de reprovação da prestação de contas, o COSEMS/SC deverá devolver o recurso recebido e nessa situação ocorrerá um risco significativo da sua continuidade operacional. A devolução desses recursos pode comprometer gravemente a situação financeira da entidade, impactando sua capacidade de operar e cumprir seus compromissos.

Inquérito Civil

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 sobre a existência do Inquérito Civil nº 1.33.000.001968/2024-32, instaurado pelo Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Santa Catarina, com o objetivo de apurar supostos atos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública relacionados à gestão do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS/SC. O referido Inquérito busca colher informações acerca da prática de eventuais irregularidades, tais como a utilização de cartões corporativos, o pagamento de diárias e a devida prestação de contas dos recursos geridos pela entidade. Para tanto, o Ministério Público Federal requisitou a apresentação de documentos comprobatórios, incluindo extratos bancários, registros de pagamentos e relatórios de prestação de contas, de forma a possibilitar a devida apuração e elucidação dos fatos. Diante desse cenário, ressaltamos a importância de que a entidade mantenha controle documental rigoroso e total transparência na gestão dos recursos, assegurando que as informações prestadas ao Ministério Público Federal reflitam de maneira fidedigna a

MRP2

realidade das operações realizadas. Nossa opinião não contém ressalvas quanto a esse assunto.

Acompanhamento Orçamentário

Chamamos a atenção para a ausência de um processo estruturado e formalizado para o acompanhamento do orçamento previsto versus realizado. Considerando que o COSEMS/SC recebe recursos de origem pública, é fundamental a observância das boas práticas de governança, transparência e controle orçamentário, garantindo que a aplicação dos recursos esteja em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade. A ausência de um monitoramento sistemático pode impactar a efetividade da gestão financeira, comprometer a alocação adequada dos recursos e dificultar a prestação de contas perante os órgãos reguladores e demais partes interessadas. Nossa opinião não contém ressalvas quanto a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do COSEMS/SC continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o COSEMS/SC ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do COSEMS/SC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

MRP3

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do COSEMS/SC.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

MRP4

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do COSEMS/SC. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o COSEMS/SC a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis – SC, 11 de março de 2026.

MRP Compliance e Auditoria
MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

Marcos de Oliveira Pereira
Contador CRC DF-027109/O-0

MRP5

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Ativo

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	3.000.819	3.099.786
Créditos	4	83.090	91.772
Despesas Antecipadas		6.533	4.268
		<u>3.090.442</u>	<u>3.195.826</u>
Não circulante			
Depósitos Judiciais	5	13.133	-
Investimentos	6	150	150
Imobilizado	7	7.052.759	7.318.525
		<u>7.066.043</u>	<u>7.318.675</u>
Total do Ativo		<u>10.156.485</u>	<u>10.514.501</u>

Passivo

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo Circulante			
Fornecedores	8	58.483	108.710
Obrigações trabalhistas	9	309.240	223.711
Obrigações tributárias	10	1.866	24.564
Obrigações com o Termo de Cooperação da BP	17	1.887	-
Subvenção	11	4.500.000	4.500.000
		<u>4.871.476</u>	<u>4.856.985</u>
Patrimônio Líquido	12		
Déficit/superávit acumulado		5.285.009	5.657.516
		<u>5.285.009</u>	<u>5.657.516</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>10.156.485</u>	<u>10.514.501</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas			
Receitas com restrição		521.313	509.300
Receita com restrição - Apoiadores	17	521.313	509.300
Receitas sem restrição		4.864.658	5.049.967
Portaria nº 220 - Conasems	13	4.503.762	4.846.255
Receita com Congresso	13	360.896	203.712
Despesas			
Despesas com restrição		(521.313)	(509.300)
Despesas com restrição - Apoiadores	17	(521.313)	(509.300)
Despesas sem restrição		(5.088.883)	(2.961.567)
Despesas com Pessoal e Tributárias	14	(1.702.380)	(1.645.636)
Despesas gerais e administrativas	14	(2.382.175)	(1.289.022)
Despesas c/ Congresso	16	(1.004.328)	(26.910)
Déficit Operacional		(224.225)	2.088.400
Outras Receitas e Despesas	18	(369.371)	(17.993)
Outras Receitas		76.364	-
Outras Despesas		(445.735)	(17.993)
Déficit antes da receitas e despesas financeiras		(593.596)	2.070.407
Resultado Financeiro	15	227.056	113.104
Receitas financeiras		262.541	160.386
Despesas financeiras		(35.485)	(47.282)
Déficit e superávit líquido do exercício		(366.540)	2.183.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit Exercício	Total do Patrimônio
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.040.429</u>	<u>2.439.836</u>	<u>3.480.265</u>
Ajustes de Exercícios Anteriores	(6.260)	-	(6.260)
Transferencia para Superavit Acumulado	2.439.836	(2.439.836)	-
Superavit do exercício	2.183.511	-	2.183.511
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>5.657.515,82</u>	<u>-</u>	<u>5.657.516</u>
Ajustes de Exercícios Anteriores	(5.967)	0	(5.967)
Déficit do exercício	-	(366.540)	(366.540)
Transferencia para Superavit Acumulado	(366.540)	366.540	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>5.285.009</u>	<u>-</u>	<u>5.285.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit / Superávit do exercício	(366.540)	2.183.511
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	(5.967)	(6.260)
Ajustes de provisões contingenciais	-	-
Depreciação/Amortização	82.919	89.682
	<u>(289.588)</u>	<u>2.266.933</u>
Variações nos ativos		
Aumento (diminuição) em contas a receber	8.681	95.150
Aumento (diminuição) em despesas antecipadas	(2.265)	276
Variações nos passivos		
Diminuição em fornecedores	(50.227)	(20.796)
Diminuição (aumento) em obrigações sociais	85.528	(31.760)
Diminuição (aumento) em obrigações tributárias	(22.698)	(3.585)
Aumento (diminuição) em projetos e convênios	1.887	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>(268.681)</u>	<u>2.306.218</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	169.714	(828.395)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	169.714	(828.395)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	<u>169.714</u>	<u>(828.395)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução / Aumento nas disponibilidades	<u>(98.967)</u>	<u>1.477.823</u>
Caixa no início do exercício	<u>3.099.786</u>	<u>1.621.964</u>
Caixa no final do exercício	<u>3.000.819</u>	<u>3.099.786</u>
Redução / Aumento nas disponibilidades	<u>(98.967)</u>	<u>1.477.823</u>

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (COSEMS/SC) é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que congrega as secretarias municipais de saúde, na figura dos Secretários Municipais de Saúde e tem sua sede e foro no município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, Avenida Ver. Nagib Jabor, 475 - Capoeiras, Florianópolis - SC, CEP: 88.090-100 inscrito no CNPJ do MF nº 80.987.902/0001-00.

É objetivo do COSEMS/SC, congregar e representar os secretários municipais de saúde ou assemelhados com vistas às discussões e encaminhamentos coletivos de problemas e propostas de saúde, junto às instancias colegiadas do Sistema Único de Saúde - SUS e ao CONASEMS.

Em consonância com seu objetivo, o COSEMS/SC se propugnará pela defesa e construção da saúde, como direito do cidadão e dever do Estado.

O COSEMS/SC tem sua área de atuação em todo o território do Estado de Santa Catarina, distribuída através de regionais.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis.

Estão contabilizados, adicionalmente, os valores de gratuidades e o valor justo dos trabalhos voluntários (Nota 14), de acordo com a Norma ITG 2002 (R1).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e Presidência do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do COSEMS/SC e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Apresentação dos ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da COSEMS/SC e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o COSEMS/SC possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados ou pelo seu valor de custo, o menor entre os dois considerando as amortizações, variações monetárias e cambiais de acordo com as condições contratuais.

São classificados como ativo circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço ou que estejam mantidos essencialmente com o propósito de ser negociado.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

São classificados como passivo circulante quando estiver mantido essencialmente com finalidade de ser negociado ou deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

2.4 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O COSEMS/SC considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

2.5 Ativos financeiros

Classificação

Os principais ativos financeiros da Entidade estão representados pelas aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários (Nota 3 e 6). Esses ativos financeiros são classificados sob a categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado". A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os fundos de investimento têm carteira gerenciada e seu desempenho avaliado em base de valor justo e, por isso, suas aplicações financeiras são designadas como pelo valor justo por meio do resultado, apresentando dessa forma como informação mais relevante.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. São baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; no segundo caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado das respectivas rubricas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

2.6 Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

Descrição	Anos
Bens Imóveis	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	10

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

2.7 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida

útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o COSEMS/SC revisa o valor contábil dos seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

2.9 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

2.10 Convênios e programas

As obrigações decorrentes dos convênios e programas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

2.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

2.12 Patrimônio líquido

É representado pelas doações iniciais, acrescidas do superávit acumulado durante os períodos.

2.13 Apuração do superávit (déficit)

O COSEMS/SC adota o regime de competência para o registro de suas despesas com base nas disposições contidas na Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2025.

2.14 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do COSEMS/SC use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Recursos próprios

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos	1.922	3.080
Aplicações financeiras	2.998.897	3.096.706
	<u>3.000.819</u>	<u>3.099.786</u>

As aplicações em fundos de renda fixa e CDBs foram realizadas com os bancos Brasil e Sicredi e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com resgate imediato sem risco de perda.

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamento a fornecedores (a)	34.998	21.861
Créditos com fornecedores (b)	4.000	3.662
Valores a receber BP (c)	41.713	43.600
Impostos a recuperar (d)	2.379	22.649
	<u>83.090</u>	<u>91.772</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

(a) Saldo refere-se a valores que foram adiantados a fornecedores durante o exercício de 2025 que serão realizados durante o exercício de 2026.

(b) Saldo refere-se a valor pagos em duplicidade a fornecedores, que serão devolvidos ao COSEMS/SC durante o exercício de 2026.

(c) Saldo refere-se a valores a receber da parceria com a Beneficência Portuguesa, cujos recursos possuem restrição de uso somente para as finalidades constantes no Termo de Parceria firmado entre as partes.

(d) Saldo refere-se a pagamento a maior de ISS retido de serviços tomados e o pagamento em duplicidade do DARF Único.

5. Depósitos Judiciais

	2025	2024
Depósitos Judiciais	13.133	--
	13.133	--

Em 31 de dezembro de 2025, o COSEMS/SC possui depósitos judiciais registrados no Ativo Não Circulante, no montante de R\$ 13.133,46, relacionados a demanda de natureza trabalhista (Processo nº 0000862-59.2024.5.12.0037).

Tais valores correspondem a quantias depositadas em juízo para garantia do processo e serão convertidos em pagamento/levantamento conforme a decisão judicial. A Administração acompanha a demanda e mantém a classificação e a evidenciação contábil dos depósitos com base nas informações disponíveis até a data de elaboração destas demonstrações.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

6. Investimentos

	2025	2024
Investimentos	150	150
	150	150

Saldo referia-se a recursos financeiros aplicados na cota Capital do SIDICRED.

7. IMOBILIZADO

Grupo de bens	2025			2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Aparelhos e instalações	102.500	(51.176)	51.324	201.390	(29.837)	171.553
Móveis e utensílios	23.599	--	23.599	395.976	(42.835)	353.142
Máquinas e equipamentos	--	--	--	6.920	(461)	6.459
Equipamentos de informática	510	--	510	39.356	(24.153)	15.203
Eletrônicos	16.690	(11.368)	5.322	16.690	(10.070)	6.620
Veículos	229.500	(175.233)	54.266	229.500	(150.566)	78.933
Imóveis	6.917.738	--	6.917.738	6.686.615	--	6.686.615
Total	7.290.536	(237.777)	7.052.759	7.576.448	(257.923)	7.318.525

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração do COSEMS/SC avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos imobilizados e, com base nos testes efetuados, reconheceu perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 98.890,00, registrada no resultado.

O valor recuperável foi estimado com suporte em laudo de avaliação patrimonial e demais premissas aplicáveis, e a perda reconhecida foi apropriada reduzindo os valores contábeis dos respectivos bens/conta(s) do imobilizado (ou conta redutora específica), conforme a natureza dos ativos afetados. Não houve reversão de impairment no período.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

8. Fornecedores

	2025	2024
ANDREA NAPOLEAO BARCELOS	1.018	--
LORIVAL VIVALDO DA COSTA LTDA	539	--
TK ELEVADORES BRASIL LTDA	849	--
Fornecedores Diversos	56.076	108.710
	58.483	108.710

Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais e impostos sobre a folha de pagamento e de obrigações tributárias.

9. Obrigações Trabalhistas

	2025	2024
Provisão de Férias	223.282	146.027
Encargos Sociais	85.958	25.154
Folha de Pagamento	--	52.530
	309.240	223.711

Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais, impostos sobre a folha de pagamento e provisões de férias e seus devidos encargos.

10. Obrigações Tributárias

	2025	2024
COFINS a Recolher	1.393	1.234
Contribuições Retidas	473	21.031
	1.866	24.564

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

11. Subvenção

Em 2022 o COSEMS/SC estabeleceu parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e tem como objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na aquisição de nova sede para o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS no montante de R\$4.500.000,00. Até o final do exercício de 2025, ainda não havia a aprovação da prestação de contas.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O superávit ou déficit é integralmente destinado ao cumprimento dos objetivos estatutários do COSEMS/SC.

13. CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS

O COSEMS/SC possui, como maior fonte de seus recursos, o recebimento mensal da Contribuição de Representação Institucional do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), o qual efetua os repasses com base na Portaria 220 de 30 de janeiro de 2007 do Ministério da Saúde.

	2025	2024
Contribuição de Representação Institucional	4.503.762	4.846.255
Receita com Congresso	360.896	203.712
	4.503.762	4.846.255

14. DESPESAS POR NATUREZA

Compreendem todas as despesas essenciais para a continuidade das atividades operacionais, bem como todos os gastos necessários na atividade fim do COSEMS/SC, conforme apresentados abaixo:

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Despesas com Pessoal e Tributárias	1.702.380	1.645.636
Despesas gerais e administrativas	2.382.175	1.289.022
	4.084.554	2.934.657

15. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras

	2025	2024
Rendimentos de aplicações financeiras	262.541	160.386
	262.541	160.386

Despesas Financeiras

	2025	2024
Despesas bancárias	35.485	47.282
	35.485	47.282

Resultado Financeiro

	227.056	113.104
--	----------------	----------------

16. DESPESAS COM CONGRESSO – COSEMS

Despesas c/ congresso de secretarias municipais de saúde de Santa Catarina

	2025	2024
Despesas gerais com locação	9.460	--
Alimentação	62.397	--
Estande	7.765	--
Equipamento de Áudio Visual	185.840	--
Feira e Cenografia	316.425	--
Serviços com Pessoal	124.105	--
Taxas e Empresa Organizadora	88.352	--
Palestrantes e Diretoria	76.513	--
Materiais e Brindes	133.471	--
Total	1.004.328	--

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

São despesas referentes ao Congresso de secretarias municipais de saúde de Santa Catarina realizado nos dias 26 e 28 de março de 2025 na Vila Germânica em Blumenau/SC.

17. DESPESAS COM RESTRIÇÃO

COSEMS/SC estabeleceu em agosto de 2021 parceria com a Beneficência Portuguesa e Secretária de Saúde de Santa Catarina. A parceria com a Beneficência Portuguesa estabelece a execução pelo COSEMS/SC de atividades pré-definidas pela Beneficência Portuguesa, em contrapartida, o COSEMS/SC recebe um recurso que possui restrição de uso para as finalidades constantes no Termo de Parceria firmado entre as partes (remuneração da equipe técnica de apoiadores).

	2025	2024
Termo Coop. Beneficência Portuguesa	521.313	509.300
	521.313	509.300

A seguir serão detalhadas as despesas por natureza:

	Termo de Cooperação Beneficência Portuguesa	Total - 2024
Pessoal e encargos sociais e assistenciais	509.300	509.300
Desp. administrativas	-	-
Desp. financeiras	-	-
	509.300	509.300

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Termo de Cooperação Beneficência Portuguesa	Total - 2025
Pessoal e encargos sociais e assistenciais	521.313	521.313
Desp. administrativas	-	-
Desp. financeiras	-	-
	521.313	521.313

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Outras Receitas

	2025	2024
Premiações	10.000	--
Patrocínio	59.655	--
Outras Receitas	6.709	--
	76.364	--

Outras Despesas

	2025	2024
Outras Despesas	35.485	17.993
Baixa de Imobilizado	346.845	--
Provisão de Impairment	98.890	--
	445.735	17.933

Total de Outras Receitas e Despesas

	(369.371)	(17.933)
--	------------------	-----------------

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

19. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

O COSEMS/SC é isento de tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97, não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável e por não ser entidade beneficente de assistência social não possui isenção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Seus rendimentos de aplicações financeiras são tributados pelo Imposto de Renda na fonte.

Caso o COSEMS/SC se beneficiasse da isenção tributária das Contribuições Sociais e Imposto de Renda e, considerando que, fosse enquadrado no regime de tributação do Lucro Presumido, seriam devidos nos exercícios de 2024 e 2025 os seguintes valores:

<u>Ano</u>	<u>Receita</u>	<u>PIS (0,65%)</u>	<u>COFINS (3%)</u>	<u>CSLL (2,88%)</u>	<u>IRPJ (4,8%)</u>	<u>Total Tributos</u>
2024	4.846.255	31.501	145.388	139.572	232.620	549.081
2025	4.503.762	29.274	135.113	129.708	216.181	510.276

20. DEMANDA JUDICIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o COSEMS/SC tem sido relacionado ao Inquérito Civil nº 1.33.000.001968/2024-32, instaurado pelo Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Santa Catarina, destinado a apurar supostos fatos relacionados à gestão de recursos e à prestação de contas, incluindo, entre outros aspectos, a utilização de cartões corporativos, o pagamento de diárias e a documentação comprobatória correspondente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

O procedimento encontra-se em andamento e o COSEMS/SC vem atendendo às requisições de apresentação de documentos e informações, na forma e nos prazos solicitados, a fim de contribuir para a apuração e elucidação dos fatos. Até a data de elaboração destas demonstrações contábeis, não houve decisão conclusiva no âmbito do referido procedimento e, com base nas informações disponíveis e na avaliação da Administração [e/ou assessoria jurídica], não foi possível mensurar com segurança eventual impacto financeiro decorrente deste assunto; por essa razão, não foi constituída provisão relacionada a este tema.

21. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA DIRETORIA

O Conselho Fiscal do COSEMS/SC declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações contábeis correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Florianópolis/SC, 31 de dezembro de 2025.

Sinara Regina Landt Simoni
PRESIDENTE
CPF. 030.598.839-55

Thiago Marçal Borges
Contador
CRC/PR: 077683/O-9
CPF: 071.482.969-27